

Ulysses consegue união da bancada

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, conseguiu convencer os senadores de seu partido a votarem a favor do parecer da Comissão de Constituição e Justiça — que entendeu serem necessários dois terços de votos favoráveis de deputados e senadores para a reinclusão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" no texto que convoca a Constituinte. Com isso, Ulysses pretendia assegurar que a expressão ficaria de fora do substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR), facilitando a sua aprovação. O argumento utilizado por Ulysses foi o de que o regime não conseguiria suportar a pressão popular durante os três meses do recesso parlamentar, até que o Congresso novamente se reunisse para aprovar a convocação da Constituinte.

Os senadores entendiam que a retirada da expressão colocava em risco o mandato dos que foram eleitos em 1982, que acabariam por não participar da Constituinte e ficariam sujeitos, para retomar seu mandato legislativo ordinário, a uma decisão da Assembléia. Ficaram a favor do presidente do partido 16 daqueles parlamentares, contra o voto de Itamar Franco (MG), Saldanha Derzi (MS) e Fábio Lucena (AM).

De acordo com o senador Hélio Gueiros, vice-líder do partido, Ulysses apresentou o "advento do apocalipse insuportável" para convencer os senadores. No entanto, no seu entender, a Constituinte não é uma preocupação fundamental da população. Mas sim o aumento do BNH, dos alimentos e do seu salário. "Constituinte é uma preocupação das elites" — declarou. Apesar de ser contrário à retirada da expressão, Gueiros preferiu votar da mesma forma que a maioria da bancada.

Por outro lado, o senador Itamar Franco definiu como "terrorismo intelectual" os argumentos apresentados pelo deputado Ulysses Guimarães. Da

mesma forma, Fábio Lucena entendeu que houve uma capitulação dos peemedebistas ao voltarem atrás na sua intenção inicial de retirar a expressão.

Mesmo certo de que o PMDB na câmara e no Senado, em sua ampla maioria, votaria a favor do parecer, restava os senadores do PFL e do PDS. Para tanto, em nova reunião na parte da tarde, Ulysses se reuniu com os líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e no Senado, Humberto Lucena, e com os do PFL, senador Carlos Chiarelli e deputado José Lourenço. Também participou o presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Foi então redigida uma nota, que teria como objetivo dar uma garantia aos senadores que a retirada da expressão não seria suficiente para impedir que eles permanecessem com a sua competência para legislar ordinariamente.

A nota foi assinada pelos líderes do PMDB, do PFL, pelo deputado Prisco Viana, líder do PDS, Nadyr Rossetti, do PDT, e Alberto Goldman, do PCB. O líder pedessista no Senado, Murilo Badaró, não a subscreveu. Encaminhada para a Mesa do Congresso, foi indagada à presidência da casa de o texto subscrito pelos líderes teria algum valor jurídico. Foi respondido que não.

Os senadores do PDS e alguns do PFL e do PMDB se retiraram, para não dar *quorum* suficiente para a votação, evitando aprovar o parecer da comissão. Com os votos favoráveis de 25 senadores, dois contrários, e uma abstenção, a matéria não pode ser aprovada e nem rejeitada, não sendo possível completar o número de presença suficiente para deliberar.

Suspensa a sessão um pouco antes das 18 horas, o senador Murilo Badaró acenava com a proposição de que fosse garantido o mandato dos senadores eleitos em 1982 e a redução do prazo de filiação partidária para seis meses, constante da nova lei dos partidos políticos, para se chegar a um acordo.